



ASSESSORIA
• administrativa •

MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR/RS
CONCURSO PÚBLICO 001/2025

Advogado(a)

Prova Teórica Objetiva



Disciplinas	Nº Questões
Conhecimentos Gerais	05
Legislação	05
Língua Portuguesa	05
Matemática	05
Informática	05
Conhecimentos Específicos	15
TOTAL	40



Tempo de Prova:

4 Horas

INSTRUÇÕES:

Caro (a) candidato (a)!

Preste atenção nas seguintes orientações para realizar a prova:

- Confira o seu caderno de perguntas e o seu cartão respostas. Qualquer erro verificado por você, comunique imediatamente o fiscal examinador da prova.
- Você pode realizar qualquer anotação no caderno de perguntas. **Este caderno poderá ser levado junto com você para conferência, após decorrido o tempo de 2:00 HORAS.**
- Marque no cartão de respostas, apenas 1 (uma) alternativa. Caso houver mais que uma resposta marcada como a correta, será anulada a questão;
- Procure não errar as marcações no cartão resposta.
- Não esqueça de assinar o cartão respostas;

Boa prova!

Equipe HC Assessoria Administrativa

----- RASCUNHO PARA GABARITO -----

1		2		3		4		5	
6		7		8		9		10	
11		12		13		14		15	
16		17		18		19		20	
21		22		23		24		25	
26		27		28		29		30	
31		32		33		34		35	
36		37		38		39		40	



CONHECIMENTOS GERAIS

1. Em 2011, o município de Lindolfo Collor recebeu oficialmente o título de “Capital dos Tapetes de Couro”, conforme registrado na seção “História” do site oficial da Prefeitura de Lindolfo Collor/RS. Segundo essa fonte, qual foi o número do projeto de lei responsável pela concessão dessa denominação?

- A) Projeto de Lei nº 209
- B) Projeto de Lei nº 409
- C) Projeto de Lei nº 319
- D) Projeto de Lei nº 129

2. A religião teve papel central na vida dos imigrantes alemães. À medida que se estabeleciam e se organizavam, construíram as primeiras igrejas. A Igreja Evangélica Luterana da Picada 48 Baixa, localizada na Picada 48 Baixa, é citada como o mais antigo templo luterano em uso do Brasil. Segundo o site oficial da Prefeitura do município de Lindolfo Collor/RS em que ano essa igreja foi construída?

- A) 1848
- B) 1850
- C) 1852
- D) 1854

3. Após mobilização por melhores condições de vida, a comunidade conquistou sua emancipação em março de 1992, transformando a antiga localidade da Capivara em município. Considerando o ato legal que instituiu o novo município, indique a alternativa correta. Segundo o site oficial da Prefeitura de Lindolfo Collor/RS, qual é o número e a data da lei que instituiu o município de Lindolfo Collor?

- A) Lei nº 9.630, de 24 de março de 1992
- B) Lei nº 9.520, de 24 de março de 1992
- C) Lei nº 9.745, de 26 de março de 1992
- D) Lei nº 9.800, de 24 de março de 1992

4. Segundo informações retiradas do site oficial do Município de Lindolfo Collor/RS, no contexto das políticas imperiais de povoamento do sul do Brasil, o governo de D. Pedro I incentivou a vinda de famílias europeias para formar núcleos agrícolas, abrir rotas e dinamizar a economia regional. Nesse cenário, grupos de imigrantes instalaram-se na área que hoje corresponde ao município de Lindolfo Collor, estabelecendo povoados, reorganizando a paisagem produtiva e deixando marcas culturais duradouras. Considerando esse movimento de colonização promovido pelo Império e a instalação dos primeiros colonos na região, assinale o ano em que ocorreu a chegada inicial desses imigrantes europeus.

- A) 1824
- B) 1827
- C) 1830
- D) 1832

5. O euro tornou-se a moeda oficial de vários países europeus, com circulação física definida por cronograma único para todos os membros da área do euro na época. Em que data as cédulas e moedas de euro entraram oficialmente em circulação?

- A) 1º de janeiro de 1999
- B) 1º de julho de 2001
- C) 1º de março de 2003
- D) 1º de janeiro de 2002

LEGISLAÇÃO

6. De acordo com o Art. 76 da Lei Orgânica do Município de Lindolfo Collor/RS, qual é a forma prevista para que o Município exerça participação efetiva na área de segurança pública?

- A) Mediante celebração de convênios com o governo do Estado.
- B) Mediante criação de órgãos municipais próprios de policiamento e fiscalização.
- C) Mediante integração direta às estruturas operacionais da segurança estadual.
- D) Mediante instituição de programas permanentes de vigilância comunitária municipal.

7. De acordo com o Art. 2º do Plano de Carreira do Quadro Geral do Município de Lindolfo Collor/RS, o que se entende por “Enquadramento”?

- A) Processo de avaliação funcional para ajustar o servidor à classe correspondente.
- B) Procedimento de avanço remuneratório conforme o nível alcançado pelo servidor.
- C) Critério de posicionamento periódico conforme o tempo de serviço acumulado.
- D) Processo de posicionamento do servidor na nova estrutura de cargos conforme o vencimento anterior.

8. De acordo com o Art. 8º do Plano de Carreira do Quadro Geral do Município de Lindolfo Collor/RS, qual é o limite anual de faltas injustificadas permitido para fins de apuração do efetivo exercício?

- A) Até 6 faltas injustificadas computadas no período de apuração anual.
- B) Até 4 faltas injustificadas registradas no período de apuração anual.
- C) Até 3 faltas injustificadas computadas no período de apuração anual.
- D) Até 2 faltas injustificadas registradas no período de apuração anual.

9. De acordo com o Art. 80 da Lei Orgânica do Município de Lindolfo Collor/RS, qual é o prazo anual para que o Prefeito publique, em órgão oficial do Estado, as contas da administração em forma sintética?

- A) Até 31 de março, contendo o balanço patrimonial, o balanço orçamentário e as variações patrimoniais.
- B) Até 25 de março, contendo o balanço patrimonial, o balanço orçamentário e as variações patrimoniais.
- C) Até 20 de março, contendo o balanço patrimonial, o balanço orçamentário e as variações patrimoniais.



D) Até 15 de março, contendo o balanço patrimonial, o balanço orçamentário e as variações patrimoniais.

10. De acordo com o Art. 9º da Lei Municipal nº 1.780/2025, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Lindolfo Collor/RS, quais são as formas de provimento de cargo público?

- A) Nomeação, promoção, readmissão, reversão, reinclusão e redistribuição.
- B) Nomeação, readaptação, reversão, reintegração, recondução e aproveitamento.
- C) Readaptação, ascensão, transferência, reintegração, transposição e recondução.
- D) Aproveitamento, reversão, retorno, readaptação, reclassificação e reintegração.

LÍNGUA PORTUGUESA

11. O processo de derivação prefixal e sufixal ocorre quando um mesmo radical recebe, simultaneamente, acréscimo de prefixo e de sufixo. Em qual das alternativas esse tipo de formação se verifica?

- A) Infeliz
- B) Desfazer
- C) Relembrar
- D) Deslealdade

12. Em um contexto formal, o verbo pode concordar com o núcleo de um sujeito coletivo, mantendo-se no singular, mesmo quando o complemento aparece no plural. Em qual das alternativas essa regra se aplica corretamente?

- A) A equipe dos atletas participaram da competição.
- B) A maioria dos alunos aprovou o projeto.
- C) A multidão de pessoas gritavam sem parar.
- D) O grupo de jurados analisaram as provas.

13. O uso da crase é determinado pela combinação de preposição exigida pelo verbo com o artigo definido que acompanha o substantivo. Assinale a alternativa em que a aplicação do acento grave está de acordo com a norma-padrão.

- A) O pesquisador referiu-se a metodologia adotada.
- B) O aluno obedeceu a professora e as regras da escola.
- C) O gerente assistiu a reunião com atenção.
- D) O pesquisador referiu-se à metodologia empregada.

14. Observe a construção: “Disse-se que o projeto fora concluído antes do prazo.” Considerando a função sintática dos elementos destacados, assinale a alternativa que apresenta a classificação correta de “se” e “que”.

- A) Índice de indeterminação do sujeito – oração substantiva objetiva direta.
- B) Partícula apassivadora – oração substantiva subjetiva.
- C) Partícula expletiva – oração adjetiva explicativa.
- D) Pronome reflexivo – oração adverbial causal.

15. Leia o trecho a seguir: “Naquela manhã, a cidade acordou muda, o vento parou, e o tempo, cansado, adormeceu de novo.” A construção acima apresenta uma figura de linguagem que confere caráter humano a seres inanimados. Assinale a alternativa que nomeia corretamente esse recurso estilístico.

- A) Metonímia
- B) Antítese
- C) Personificação
- D) Hipérbole

MATEMÁTICA

16. Um capital de R\$ 1.000,00 é aplicado a juros compostos de 10% ao mês. Após 3 meses, qual será o montante?

- A) R\$ 1.201,00
- B) R\$ 1.210,00
- C) R\$ 1.300,00
- D) R\$ 1.331,00

17. Considere um cilindro circular reto de base circular com raio da base igual a 5 cm e altura igual a 12 cm. Determine o volume exato do cilindro.

- A) $250\pi \text{ cm}^3$
- B) $300\pi \text{ cm}^3$
- C) $400\pi \text{ cm}^3$
- D) $500\pi \text{ cm}^3$

18. Numa progressão geométrica (P.G.), o primeiro termo é 3 e a razão é 2. Determine o 6º termo dessa sequência.

- A) 48
- B) 96
- C) 192
- D) 384

19. Em uma urna há 4 bolas vermelhas, 4 bolas azuis e 2 bolas verdes, totalizando 10 bolas. Retiram-se duas bolas sem reposição. Qual é a probabilidade de que as duas bolas retiradas sejam vermelhas?

- A) $\frac{1}{5}$
- B) $\frac{1}{6}$
- C) $\frac{2}{5}$
- D) $\frac{2}{15}$

20. Um produto custava R\$ 800,00. O preço foi aumentado em 15% e, em seguida, recebeu um desconto de 10% sobre o valor reajustado. Determine o percentual exato de variação total em relação ao preço inicial.

- A) 3,5% de aumento
- B) 5% de aumento
- C) 2% de aumento
- D) 4,5% de aumento



INFORMÁTICA

21. Num processo de validação de configuração em estações com Windows 11 Pro, versão 21H2 (2021), um administrador analisa o comportamento do Gestor de Tarefas ao monitorizar processos associados a aplicações em segundo plano. O relatório menciona que o encerramento forçado de um processo suspenso remove automaticamente todas as dependências relacionadas do sistema. Considerando a arquitetura de gerenciamento de processos desta versão, qual afirmação está tecnicamente correta?

A) Que o encerramento de um processo suspenso redefine todas as prioridades do restante sistema, eliminando automaticamente componentes dependentes e libertando recursos críticos de forma integral.

B) Que o Windows encerra processos suspensos apenas após reinicializar o subsistema gráfico, garantindo que dependências relacionadas sejam removidas sem afetar aplicações foreground.

C) Que encerrar um processo suspenso afeta apenas o próprio processo, não eliminando automaticamente dependências, serviços associados ou componentes independentes do modelo de execução.

D) Que o Windows retoma o processo suspenso antes de encerrar o seu contexto, de modo a consolidar dependências e garantir remoção simultânea de todas as estruturas relacionadas.

22. Uma equipa avalia documentos produzidos no Microsoft Word para Microsoft 365, versão 2401 (2024), utilizando estilos vinculados a temas globais. O setor afirma que alterar o tema modifica automaticamente todas as tabelas existentes, mesmo quando estas possuem formatação manual aplicada. Considerando o comportamento do motor de estilos, qual é a descrição tecnicamente adequada?

A) Que a alteração do tema substitui todas as propriedades manuais de tabelas, impondo formatação integralmente nova e anulando qualquer configuração definida pelo utilizador.

B) Que temas alteram apenas estilos dependentes do esquema global, não sobrepondo formatação manual aplicada pelo utilizador dentro das tabelas já existentes no documento.

C) Que o Word converte automaticamente tabelas com formatação direta em tabelas temáticas, aplicando um estilo uniforme independente das definições anteriores.

D) Que a aplicação de um tema força a atualização global de todas as estruturas, incluindo estilos manuais, apagando todos os esquemas definidos antes da modificação.

23. Durante uma auditoria de fórmulas no Microsoft Excel 2021, um técnico avalia uma planilha que utiliza intervalos nomeados combinados com funções matriciais dinâmicas. O setor afirma que duplicar uma folha provoca a desvinculação automática dos nomes definidos, convertendo-os em referências absolutas.

Considerando o mecanismo interno de nomes no Excel, qual posição é tecnicamente correta?

A) Que os nomes definidos são preservados durante a duplicação da folha, mantendo a mesma referência associada ao escopo do livro ou da folha, conforme a definição original.

B) Que nomes definidos deixam de existir após a duplicação da folha, sendo substituídos automaticamente por endereços de célula estáticos em todas as fórmulas copiadas.

C) Que o Excel converte todos os nomes em referências relativas ao duplicar folhas, ajustando cada fórmula conforme a nova posição das células copiadas.

D) Que nomes definidos são replicados como novas instâncias independentes em cada cópia da folha, sendo automaticamente renomeados para evitar conflitos internos.

24. Ao revisar apresentações criadas no Microsoft PowerPoint para Microsoft 365, versão 2306 (2023), um analista estuda o comportamento de animações baseadas em gatilhos associados a objetos específicos. O setor declara que um gatilho configurado desaparece automaticamente quando o objeto associado recebe uma nova transição de slide. Considerando o processamento interno de animações, qual interpretação é correta?

A) Que a aplicação de uma nova transição de slide remove todos os gatilhos vinculados, convertendo animações dependentes em sequências independentes.

B) Que transições de slide não removem gatilhos, pois estes pertencem ao nível de animação do objeto e não ao nível de transição aplicado ao slide.

C) Que o PowerPoint redefine gatilhos sempre que o utilizador altera qualquer elemento visual, eliminando dependências previamente configuradas.

D) Que alterações de transição tornam gatilhos incompatíveis com o slide, sendo estes necessariamente descartados pelo motor de apresentação.

25. Ao configurar políticas empresariais no Microsoft Edge, versão 118 (2023), um administrador analisa o comportamento do navegador ao impor regras de bloqueio de extensões via política centralizada. O setor afirma que desabilitar uma extensão via política remove automaticamente a mesma da conta Microsoft sincronizada. Considerando o funcionamento das políticas de navegador, qual afirmação é tecnicamente válida?

A) Que o Edge remove automaticamente a extensão da conta sincronizada sempre que uma política empresarial desativa a extensão no dispositivo local.

B) Que as políticas empresariais convertem extensões bloqueadas em extensões temporárias, impedindo sincronização local mas mantendo-as ativas na conta remota.

C) Que bloqueios aplicados pela empresa são propagados automaticamente para qualquer dispositivo conectado, removendo extensões sem intervenção do utilizador.



D) Que políticas empresariais desativam a extensão apenas no dispositivo configurado, não resultando na remoção automática da conta Microsoft utilizada para sincronização.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Em 2024, após ampla discussão social, o Congresso Nacional, por iniciativa majoritária e mediante aprovação em dois turnos em cada Casa, com quórum de três quintos, promulgou a Emenda Constitucional nº 138/2024. O texto desta Emenda estabelecia a redução em 10% (dez por cento) do piso nacional para o magistério, sob a justificativa de reequilíbrio fiscal urgente. A propositura, tecnicamente enquadrada como matéria orçamentária, foi imediatamente questionada perante o Supremo Tribunal Federal (STF) por partido político com representação no Congresso. Considerando o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e a proibição do retrocesso social (PIDR), bem como a Teoria das Limitações Materiais Implícitas ao Poder de Reforma, assinale a alternativa correta.

A) A Emenda é formalmente constitucional, pois observou o procedimento qualificado do Art. 60, § 2º, da CF/88, sendo insuscetível de controle de constitucionalidade material pelo STF, pois o Poder Constituinte Derivado Reformador é soberano em matéria social e financeira.

B) A Emenda é materialmente inconstitucional, mesmo tendo respeitado o rito formal, pois viola a cláusula pétrea implícita do mínimo existencial, configurando um inaceitável retrocesso social em direito fundamental de caráter prestacional, o que é vedado pelo STF.

C) A Emenda é inconstitucional por afronta direta ao princípio da separação de Poderes (cláusula pétrea explícita), uma vez que a fixação de piso salarial para o magistério é matéria reservada à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, configurando vício de iniciativa formal.

D) A Emenda seria constitucional apenas se tivesse sido precedida de um estudo de impacto orçamentário que comprovasse o risco de colapso do sistema de ensino, sendo o PIDR apenas uma diretriz hermenêutica, não uma limitação material autônoma ao poder de emenda.

27. O partido político X ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) perante o STF, alegando que a ausência de lei federal regulamentadora sobre a licença-paternidade remunerada para casais homoafetivos, conforme previsão geral do Art. 7º, XIX, da CF/88 (em interpretação evolutiva da Corte), estaria inviabilizando o pleno exercício do direito. Após o ajuizamento, mas antes do julgamento, o Congresso Nacional promulga uma Lei Complementar que, embora trate da licença, estabelece um prazo de 5 (cinco) dias, divergindo da tese de 180 (cento e oitenta) dias defendida pelo requerente. O Congresso alega que o objeto da ADO estaria prejudicado pela superveniente regulamentação, mesmo que a disciplina legal seja

insatisfatória para o Autor. Neste cenário processual, e com base na Lei nº 9.868/99 e na jurisprudência do STF sobre a ADO, é correto afirmar que:

A) A superveniência da Lei Complementar em qualquer hipótese acarreta a perda do objeto da ADO, pois o propósito da ação é unicamente remover a omissão normativa absoluta, independentemente do teor da lei regulamentadora.

B) O STF não pode prosseguir no julgamento da ADO, pois o Art. 103, § 2º, da CF/88 não prevê a possibilidade de declaração de inconstitucionalidade por omissão de Lei Complementar, mas apenas de lei ou ato normativo federal ou estadual.

C) O STF deverá modular o mérito da ADO para declarar que a omissão foi suprimida e, ao mesmo tempo, poderá, em interpretação conforme à Constituição, dar sentido diverso à Lei Complementar, ou até mesmo julgá-la inconstitucional por insuficiência (omissão parcial).

D) O ajuizamento da ADO, conforme a Lei nº 9.868/99, não admite a figura do *amicus curiae* para discutir a solução do caso, o que impede a Corte de ouvir outros interessados sobre a satisfação da lacuna normativa.

28. Um município brasileiro, ciente do aumento da população em área de risco geológico (encosta), foi notificado por laudo técnico da Defesa Civil para implementar obras de contenção e remoção de famílias, bem como instituir um sistema permanente de alerta pluviométrico. O prefeito, por omissão injustificada e falta de dotação orçamentária, ignorou as recomendações específicas. Meses depois, uma intensa chuva causou um deslizamento, resultando na morte de cinco pessoas e na destruição de residências. A família de uma das vítimas ajuíza ação de indenização contra o Município. O Tribunal de Justiça local aplica a teoria da responsabilidade civil subjetiva (culpa administrativa ou *faute du service*), exigindo a comprovação da negligência para o dever de indenizar. Analisando o caso e a jurisprudência consolidada do STF, é incorreto afirmar que:

A) A tese adotada pelo Tribunal está equivocada, pois a omissão do Poder Público em relação a um dever específico de agir (devido à notificação e ao risco concreto) deve ser tratada pela Teoria do Risco Administrativo (responsabilidade objetiva), por se configurar o custo social da ineficiência administrativa.

B) Caso se aplique a Teoria do Risco Administrativo, o Município só poderá se eximir da responsabilidade se comprovar a culpa exclusiva da vítima ou a ocorrência de caso fortuito ou força maior, já que a responsabilidade objetiva admite tais excludentes.

C) A Teoria do Risco Integral seria a aplicável no presente caso, pois a omissão do Estado foi a causa direta e imediata do dano (nexo de causalidade direto), caracterizando um dano nuclear em virtude de uma atividade perigosa do Estado (fiscalização).

D) A omissão estatal genérica (inexistência de serviço de saúde, por exemplo) atrai a responsabilidade subjetiva; contudo, a omissão específica (descumprimento de um dever legal ou técnico pré-



estabelecido) pode ensejar a responsabilidade objetiva, o que é o caso da omissão após laudo da Defesa Civil.

29. Um órgão da Administração Pública Federal celebrou um Contrato de Execução de Obras pelo regime de Contratação Semi-Integrada, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos). O valor original do contrato era de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Após 6 (seis) meses de execução, e em virtude de uma alteração superveniente no projeto (de natureza qualitativa) solicitada pela Administração, os custos da obra foram significativamente impactados. A Administração pretende promover a alteração unilateral do contrato. De acordo com o Art. 125, § 1º, e o Art. 131, ambos da Lei nº 14.133/2021, o limite para alteração unilateral do valor contratual que a Administração pode impor à contratada, na modalidade de Contratação Semi-Integrada, é de:

A) 25% (vinte e cinco por cento) para acréscimos e 25% (vinte e cinco por cento) para supressões, por se tratar de alteração qualitativa e a regra geral de acréscimo de 25% ser o limite máximo legal.

B) 50% (cinquenta por cento) para acréscimos e 25% (vinte e cinco por cento) para supressões, desde que os acréscimos sejam necessários à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro em virtude da imprevisão.

C) 25% (vinte e cinco por cento) para acréscimos, sendo este limite elidido e substituído pelo limite de 50% (cinquenta por cento), apenas nos contratos de serviço e fornecimento contínuo, não se aplicando à semi-integrada.

D) Não há limite para supressões, desde que devidamente justificadas e aprovadas pela autoridade superior, e o limite de acréscimo é de 25% (vinte e cinco por cento), exceto nos casos de Contratação Integrada e Semi-Integrada, onde o limite é majorado para 50% (cinquenta por cento).

30. Em 15 de maio de 2023, Amélia celebrou um contrato de compra e venda de um lote de terras com Bernardo. No contrato, foi inserida uma cláusula que estipulava que Amélia teria o prazo improrrogável de 6 (seis) meses, a contar da data de registro, para anular o negócio jurídico caso verificasse a existência de qualquer vício oculto ou erro essencial sobre a metragem da área. O registro do imóvel ocorreu em 1º de junho de 2023. Em 1º de dezembro de 2023, Amélia descobriu, por meio de novo levantamento topográfico, que a área real do lote era 30% menor do que a constante na escritura, configurando erro essencial sobre a qualidade. Em 2 de dezembro de 2023, Amélia ajuizou a Ação Anulatória. Com base nas disposições do Código Civil brasileiro sobre prescrição e decadência, assinale a assertiva correta:

A) O direito de Amélia decaiu em 1º de dezembro de 2023, pois a decadência convencional, uma vez pactuada e não manifestamente excessiva, prevalece sobre a decadência legal, conforme o Art. 207 do Código Civil.

B) A ação anulatória, por se sujeitar ao prazo decadencial de 4 (quatro) anos, conforme o Art. 178, II, do CC, não pode ter seu termo final reduzido pela convenção das partes.

C) O direito de Amélia decaiu em 18 de maio de 2024, pois o prazo legal de 4 (quatro) anos, previsto no Art. 178, II, do CC, tem como termo inicial a data da celebração do negócio jurídico, e não a data do registro.

D) A ação anulatória sujeita-se ao prazo decadencial de 4 (quatro) anos, mas como o prazo convencional de 6 (seis) meses era mais exíguo, a Ação Anulatória deveria ser ajuizada até 15 de novembro de 2023, em respeito à função social do contrato e à boa-fé.

31. A empresa Alfa contratou a empresa Beta para fornecer um tipo específico de resina importada para a construção de uma obra de infraestrutura vital, com prazo de entrega de 60 dias. O pagamento de 50% do valor total (R\$ 5.000.000,00) seria feito na entrega, e os 50% restantes, 30 dias após. Após a contratação, um evento geopolítico inesperado elevou em 300% o custo internacional da resina, tornando a execução do contrato por parte da Beta excessivamente onerosa. Diante disso, Beta notifica Alfa de que só entregará o material se Alfa concordar em pagar 80% do valor total na entrega, alegando a aplicação da Teoria da Imprevisão (onerosidade excessiva). Alfa recusa a alteração e, após o prazo de 60 dias, suspende o pagamento do restante. Beta, então, ajuíza ação de cobrança. Considerando as regras sobre contratos bilaterais e a aplicação dos institutos de Direito Civil, a defesa processual de Alfa deve se basear, principal e tecnicamente, no argumento de:

A) Força maior, pois o aumento de 300% no custo da matéria-prima caracteriza um evento inevitável e irresistível, resolvendo o contrato sem perdas e danos para nenhuma das partes.

B) Inexigibilidade de cumprimento, devido à aplicação da *exceptio non adimpleti contractus* (exceção do contrato não cumprido), pois a Beta, sem ter cumprido sua obrigação de entrega, não pode exigir o pagamento de Alfa.

C) Resolução do contrato por onerosidade excessiva (Art. 478 do CC), alegando que a quebra da base objetiva do negócio foi causada pela própria Beta ao descumprir o prazo de entrega, inviabilizando a obra de infraestrutura.

D) Nulidade absoluta do contrato por lesão, uma vez que a Beta se aproveitou da situação de necessidade de Alfa (urgência na obra) para exigir uma prestação manifestamente desproporcional.

32. Em sede de processo de conhecimento, o autor postulou a concessão de tutela antecipada em caráter antecedente, com o fito de obter provimento jurisdicional urgente para evitar um dano irreparável. O juiz deferiu a tutela. O réu, regularmente citado, optou por não interpor qualquer recurso (agravo de instrumento), limitando-se a cumprir a decisão. O autor, por sua vez, também não aditou a petição inicial para complementar o pedido principal, conforme o Art. 303, § 1º, do CPC. Após a certificação da inércia de ambas



as partes, o juiz profere uma decisão singular. Nos termos do Art. 304 e seus parágrafos, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), o magistrado deve proferir uma decisão que:

- A) Declara extinto o processo com resolução do mérito, pois a estabilização da tutela antecipada implica a formação da coisa julgada material, permitindo a rediscussão da matéria apenas por Ação Rescisória.
- B) Determina o prosseguimento do processo para a fase instrutória, pois a estabilização ocorre apenas quanto aos efeitos da decisão, e não quanto à relação jurídica material, que deve ser apreciada em sentença.
- C) Reconhece a estabilização da tutela e, ato contínuo, extingue o processo sem resolução de mérito, nos termos do Art. 485 do CPC, ressalvada a faculdade de a parte ingressar com Ação Revisional no prazo bienal.
- D) Declara a estabilização da tutela, extinguindo o processo com resolução de mérito apenas no que tange ao direito acobertado pela tutela, cabendo Agravo de Instrumento contra esta decisão.

33. Um advogado ajuizou um Agravo de Instrumento contra uma decisão interlocutória proferida em primeira instância. O Relator do Tribunal de Justiça, ao analisar o recurso, profere uma decisão monocrática negando provimento ao Agravo de Instrumento, com fundamento no Art. 932, IV, "a", do CPC, por entender que o recurso era manifestamente inadmissível, citando para tanto uma Súmula do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que trata da matéria. O Agravante, inconformado com a decisão monocrática, pretende levar a discussão para o órgão colegiado do Tribunal. De acordo com as normas do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) e o regime dos recursos, a medida processual adequada para a Agravante é:

- A) Agravo Interno, no prazo de 15 dias, devendo ser dirigido ao próprio Relator, que o submeterá ao respectivo órgão colegiado, sendo esta a via recursal cabível contra decisão monocrática que nega provimento ao recurso.
- B) Embargos de Declaração, por se tratar de decisão monocrática de relator que contém omissão quanto à análise de precedente obrigatório não aplicado, devendo ser sanado pelo próprio relator, antes de qualquer outra medida.
- C) Recurso Especial, uma vez que a decisão monocrática, ao aplicar Súmula do STJ, está violando diretamente lei federal, caracterizando o pré-questionamento e a abertura da via para as instâncias superiores.
- D) Agravo Interno, no prazo de 5 dias úteis, cabível apenas se a decisão monocrática tivesse aplicado tese jurídica de julgamento repetitivo do STJ, não sendo cabível contra a aplicação de Súmula isolada.

34. O motorista de ônibus Paulo, após cumprir uma jornada exaustiva e mal remunerada, dirigia em rodovia durante a madrugada. Sentindo-se extremamente sonolento, mas temendo ser demitido caso parasse o veículo (pois já havia sido advertido por atrasos), ele decide continuar a viagem, acelerando o percurso para compensar o tempo perdido. Em um trecho sinuoso e

sob neblina, Paulo invade a contramão em alta velocidade e colide frontalmente com um automóvel, causando a morte imediata de dois passageiros. Em sede de inquérito policial, o advogado de Paulo defende a tese de inexigibilidade de conduta diversa (excludente de culpabilidade), alegando que o medo da perda do emprego e a pressão laboral criaram uma situação de coação moral irresistível. Analisando a conduta de Paulo, a teoria do crime e a jurisprudência dominante sobre dolo eventual e culpa consciente, assinale a alternativa correta:

- A) Paulo agiu com culpa consciente, pois, apesar de prever o resultado (acidente), acreditava sinceramente que sua habilidade o impediria, sendo a coação moral irresistível uma atenuante, e não uma excludente de culpabilidade.
- B) Paulo agiu com dolo eventual, pois aceitou o risco de produzir o resultado (assumiu o risco), sendo irrelevante a alegação de inexigibilidade de conduta diversa, que apenas exclui o dolo de primeiro grau (direto).
- C) O temor da demissão constitui uma forma de erro de proibição indireto, que, se invencível, exclui a culpabilidade, sendo o seu caso de coação moral irresistível um claro exemplo de excludente de culpabilidade.
- D) A inexigibilidade de conduta diversa não se aplica ao caso, pois a coação moral irresistível deve ser decorrente de ameaça direta e imediata contra a vida ou liberdade, e não de temor genérico de demissão, configurando a conduta de Paulo, no mínimo, culpa consciente.

35. Um Agente de Fiscalização Tributária Municipal, valendo-se de sua função, retardou indevidamente um procedimento de fiscalização de uma grande empresa, em troca de um benefício indireto de patrocínio a um evento esportivo familiar. A conduta não gerou efetivo dano ao erário, pois o tributo foi pago antes da prescrição, mas a celeridade administrativa foi claramente comprometida. O Ministério Público ajuíza uma Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa. Considerando o regime da Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021, sobre a improbidade administrativa, é correto afirmar que:

- A) A conduta se enquadra no Art. 9º (Enriquecimento Ilícito), mas, após a Lei nº 14.230/2021, exige-se o dolo específico do agente para a configuração do ato.
- B) A conduta se enquadra no Art. 10 (Prejuízo ao Erário), exigindo-se o dolo específico para a sua configuração, mas a ausência de dano efetivo afasta a tipicidade.
- C) A conduta se enquadra no Art. 11 (Atentado contra os Princípios da Administração Pública), sendo desnecessária a demonstração de dolo específico do agente para tal modalidade, bastando o dolo genérico.
- D) A conduta se enquadra no Art. 11 (Atentado contra Princípios), mas, após a Lei nº 14.230/2021, exige-se o dolo específico do agente, não se admitindo a responsabilização por ato meramente culposos.



36. Em uma investigação de tráfico de drogas, a Polícia Federal (PF) obteve uma confissão informal de um dos investigados sob coação psicológica, o que, por si só, é uma prova ilícita. Na confissão, o investigado revelou que as notas fiscais de compra dos insumos para o laboratório estavam arquivadas em um depósito específico, localizado a 500 km do local da prisão. A PF, antes de obter a confissão, já havia iniciado, por rota documental legal, a análise da movimentação financeira que, inevitavelmente, levaria ao mesmo depósito em 72 horas. A prova (confissão ilícita) foi usada para antecipar a busca e apreensão das notas. Considerando o Art. 157, § 1º, e § 2º, do Código de Processo Penal (CPP), que trata da Prova Ilícitamente Obtida (Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada), o destino da prova obtida (as notas fiscais) deve ser:

A) O reconhecimento da ilicitude das notas fiscais por derivação, uma vez que a confissão ilícita foi o meio utilizado para a sua descoberta, devendo ser desentranhada do processo.

B) A manutenção da validade das notas fiscais no processo, aplicando-se a Doutrina da Fonte Independente, pois a investigação formal já havia chegado ao local do depósito, independentemente da confissão.

C) A manutenção da validade das notas fiscais no processo, aplicando-se a Doutrina da Descoberta Inevitável, pois, mesmo sem a confissão, a investigação certamente levaria à descoberta, devido ao andamento regular e anterior da diligência legal.

D) O reconhecimento da ilicitude das notas fiscais, aplicando-se a Teoria da Mancha Irremovível, pois a antecipação da diligência, mesmo que por poucas horas, configura violação à cadeia de custódia da prova.

37. Uma indústria do setor de metalurgia adota o regime de escala 12x36 (doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso), estabelecido por meio de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) após a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017). O ACT estipula que o empregado, em virtude de uma falha operacional habitual na empresa, presta 2 (duas) horas extras em 50% das jornadas mensais. Um grupo de trabalhadores ajuíza Reclamação Trabalhista pleiteando a descaracterização integral do regime 12x36 para a jornada normal de 8 horas diárias, sob o argumento de que a Súmula nº 85 do TST veda o regime de compensação quando há prestação habitual de horas extras. Analisando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017 e a jurisprudência recente, é incorreto afirmar que:

A) O regime 12x36, com a redação dada pela Reforma Trabalhista, pode ser pactuado por acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, sendo desnecessária a autorização prévia em ACT.

B) A Súmula nº 85 do TST, que trata da descaracterização do regime de compensação pela prestação habitual de horas extras, é inaplicável ao

regime de jornada 12x36, mesmo que as horas extras sejam habituais.

C) O TST já firmou entendimento de que a prestação habitual de horas extras no regime 12x36 não acarreta a descaracterização integral da jornada (invalidando todo o regime), mas apenas o pagamento das horas excedentes como extras.

D) Caso a jornada 12x36 fosse estabelecida por acordo individual escrito, a prestação habitual de horas extras geraria a descaracterização do regime, pois apenas o ACT teria a força normativa para blindar a jornada da Súmula 85 do TST.

38. O Estado-membro Alfa instituiu uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de energias renováveis. A lei estadual de instituição da CIDE estabeleceu que o fato gerador seria a comercialização de combustíveis fósseis e que o sujeito ativo seria o próprio Estado Alfa. A lei também isentou do recolhimento do tributo as empresas públicas federais que exploram atividade econômica, como a Petrobras, sob o argumento de que o tributo incidiria sobre o patrimônio da União. Considerando a competência tributária e a Teoria das Imunidades, especialmente a imunidade recíproca (Art. 150, VI, "a", da CF/88), assinale a alternativa correta:

A) A lei estadual é inconstitucional, pois CIDE é de competência exclusiva da União, sendo vedada sua instituição pelos Estados-membros, caracterizando invasão de competência material privativa.

B) A isenção concedida às empresas públicas exploradoras de atividade econômica é válida, pois a imunidade recíproca se estende a todas as entidades da Administração Pública Indireta que prestam serviços essenciais ao Estado.

C) A lei estadual é constitucional, pois a competência residual (Art. 154, I, da CF/88) permite aos Estados-membros instituir impostos não previstos na Constituição, desde que mediante lei complementar.

D) A isenção concedida é ineficaz para o fim de regularidade constitucional, pois a imunidade recíproca não se estende às empresas públicas de economia mista e às empresas públicas que exploram atividade econômica, sendo irrelevante a figura de isenção.

39. Em uma transação comercial, a empresa "Venda Fácil Ltda." recebeu um cheque no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). O cheque foi emitido por "Comprador Exigente S.A.". No verso do título, o sócio majoritário da Comprador Exigente, João, prestou aval parcial de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), indicando expressamente o valor e a assinatura. O cheque foi apresentado ao sacado e devolvido por insuficiência de fundos. Venda Fácil ajuíza ação de execução contra João, o avalista. Com base na Lei nº 7.357/85 (Lei do Cheque) e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre títulos de crédito, assinale a alternativa incorreta:

A) O aval parcial no cheque é considerado não escrito, e, por isso, João deve ser responsabilizado pela



totalidade do título (R\$ 50.000,00), em respeito à literalidade e à autonomia das obrigações cambiais.

B) O avalista, João, responde perante o portador Venda Fácil, de forma autônoma e solidária com o emitente Comprador Exigente S.A., pela obrigação principal, não lhe sendo oponíveis exceções pessoais.

C) O aval parcial, embora proibido para títulos em geral, é admitido no cheque, sendo esta uma exceção específica ao princípio da autonomia das obrigações cambiais, conforme Súmula do STJ.

D) A vedação ao aval parcial no cheque decorre da aplicação subsidiária da Lei Uniforme de Genebra (LUG), que impõe a obrigação cambial de aval incondicional e total.

40. A advogada Clara é investigada em um inquérito policial por suposto envolvimento em um crime de lavagem de dinheiro, juntamente com seu cliente. Durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão expedido por autoridade judicial competente, o oficial de justiça, acompanhado de um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), apreende todos os documentos físicos e eletrônicos contidos no escritório de Clara. O representante da OAB questiona a validade da apreensão dos documentos eletrônicos sigilosos que não tinham relação direta com a investigação de Clara. O juiz responsável alega que a inviolabilidade é relativa e que o sigilo profissional não se aplica a documentos que possam auxiliar na prova do crime cometido pela própria advogada. Com base na Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB), é CORRETO afirmar que:

A) A presença do representante da OAB é mera formalidade, e a decisão judicial prevalece, sendo válidos todos os documentos apreendidos, independentemente de sua relação com o cliente ou o crime da advogada.

B) O mandado judicial deve especificar o objeto da busca e a diligência, sendo a apreensão de documentos de clientes, mesmo que no escritório da advogada investigada, vedada, a não ser que haja indícios de participação do cliente no mesmo crime.

C) A inviolabilidade do escritório garante o sigilo, mas os documentos apreendidos devem ser imediatamente submetidos à análise do representante da OAB, para que este decida quais têm e quais não têm relação com a investigação, sob pena de nulidade.

D) Os documentos e dados eletrônicos sigilosos do cliente, que não constituam objeto de prova de crime e não estejam vinculados à prática de crime pela própria advogada, devem ser preservados e não podem ser violados, conforme o Art. 7º, § 6º, do EOAB.

